



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022
Processo nº 23205.021167/2022-27

1 DO OBJETO

1.1 Selecionar propostas visando a Contratação de solução logística para manutenção do Sistema de Rodagem dos veículos, máquinas, implementos agrícolas e outros equipamentos, contemplando a aquisição de pneus, câmaras de ar, válvulas pneumáticas e a prestação de serviços para a Frota da Universidade Federal da Fronteira Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO ÚNICO							
Item	Código	Descrição	Descrição	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	3039001100032	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 X 24, DIANTEIRO, R1	CÂMARA PNEU AGRÍCOLA: PARA TRATOR, DIMENSÕES: 12.4 X 24, DIANTEIRO, R1 CATMAT/CATSER:314638	UNIDADE	12	R\$ 202,99	R\$ 2.435,88
2	3039001100031	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 X 30, TRASEIRO, R1	CÂMARA PNEU AGRÍCOLA: PARA TRATOR, DIMENSÕES: 18.4 X 30, TRASEIRO, R1 CATMAT/CATSER:355060	UNIDADE	12	R\$ 411,69	R\$ 4.940,28
3	3039001100036	CÂMARA DE AR PARA PNEU 3.25-8	CÂMARA PNEU INDUSTRIAL: PARA CARRINHO DE CARGA/TRANSPORTE DE MATERIAIS, DIMENSÕES: 3.25-8 CATMAT/CATSER:251053	UNIDADE	12	R\$ 30,81	R\$ 369,72
4	3039001000019	CÂMARA DE AR PARA PNEU 3.50-8	CÂMARA PNEU INDUSTRIAL: para carrinho de carga/transporte de materiais, dimensões: 3.50-8 CATMAT/CATSER:335133	UNIDADE	24	R\$ 32,27	R\$ 774,48
5	3039001100035	CÂMARA DE AR PARA PNEU 6.00 X 12	CÂMARA PNEU AGRÍCOLA: PARA MICRO-TRATOR (TOBATA), DIMENSÕES: 6.00 X 12 CATMAT/CATSER:438315	UNIDADE	12	R\$ 70,80	R\$ 849,60



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

6	3039001100034	CÂMARA DE AR PARA PNEU 6.50 X 16 F-2	CÂMARA PNEU AGRÍCOLA: PARA GRADE NIVELADORA 6.50 X 16 F-2 CATMAT/CATSER:313815	UNIDADE	12	R\$ 69,30	R\$ 831,60
7	3039001100033	CÂMARA DE AR PARA PNEU 7.50 X 16	CÂMARA PNEU AGRÍCOLA: PARA CARRETA AGRÍCOLA METÁLICA COM CAPACIDADE DE 6T, DIMENSÕES: 7.50 X 16 CATMAT/CATSER:244667	UNIDADE	12	R\$ 89,23	R\$ 1.070,76
8	3039001100029	PNEU AGRÍCOLA 10.5/65 R16, 14 LONAS	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO PARA CARRETÃO TRANSPORTE DE ÁGUA E DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO LÍQUIDO, DIMENSÕES: 10.5/65 R16, 14 LONAS CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	16	R\$ 1.119,00	R\$ 17.904,00
9	3039001100028	PNEU AGRÍCOLA 11 L-15	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO PARA CARRETÃO ESPALHADOR DE CALCÁRIO, DIMENSÕES: 11 L-15 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	16	R\$ 997,50	R\$ 15.960,00
10	3039001000013	PNEU AGRÍCOLA 12.4 X 24, DIANTEIRO, R1 – GARRA NORMAL	PNEU AGRÍCOLA: Pneu novo, convencional sem câmara, instalado para trator New Holland TL 75, tipo estrutura carcaça diagonal, dimensões: 12.4 x 24, dianteiro, R1 – Garra normal CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	12	R\$ 2.314,09	R\$ 27.769,08
11	3039001100040	PNEU AGRÍCOLA 13.6 X 38 – R1, 14 LONAS	PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO. PARA TRATOR NEW HOLLAND TL 75. DIMENSÕES: 13.6 X 38 - R1, 14 LONAS, COM GARRA NORMAL. CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 4.382,00	R\$ 26.292,00
12	3039001100038	PNEU AGRÍCOLA 14.9 X 24, TRASEIRO, R1 – GARRA NORMAL	PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMERA, INSTALADO, PARA TRATOR MASSEY FERGUNSON 235, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA DIAGONAL. DIMENSÕES: 14.9 - 24, TRASEIRO, R1 – GARRA NORMAL. CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 3.096,72	R\$ 18.580,32
13	3039001100030	PNEU AGRÍCOLA	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM	UNIDADE	16	R\$ 659,99	R\$ 10.559,84



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

		15 X 6.00 – 6	CÂMARA, INSTALADO PARA TRATOR CORTADOR DE GRAMA, DIMENSÕES: 15 X 6.00 – 6, DIANTEIRO CATMAT/CATSER:31291				
14	3039001100027	PNEU AGRÍCOLA 16 X 6.50 – 8	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO PARA ANCINHO ENLEIRADOR DE FENO, DIMENSÕES: 16 X 6.50 - 8 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	12	R\$ 543,40	R\$ 6.520,80
15	3039001100026	PNEU AGRÍCOLA 165/70 R13	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO PARA TRILHADEIRA DE PARCELAS E BATEDOR DE CEREAIS, DIMENSÕES: 165/70 R13 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	16	R\$ 404,60	R\$ 6.473,60
16	3039001100025	PNEU AGRÍCOLA 175/70 R13	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO PARA BATEDOR DE CEREAIS, DIMENSÕES: 175/70 R13 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	12	R\$ 409,60	R\$ 4.915,20
17	3039001000011	PNEU AGRÍCOLA 18.4 X 30, TRASEIRO, R1 - GARRA NORMAL	PNEU AGRÍCOLA: Pneu novo, convencional sem câmara, instalado para trator New Holland TL 75, tipo estrutura carcaça diagonal, dimensões: 18.4 x 30, traseiro, R1 – Garra normal CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	12	R\$ 5.144,75	R\$ 61.737,00
18	3039001100024	PNEU AGRÍCOLA 20 X 8.00 – 8	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO PARA TRATOR CORTADOR DE GRAMA, DIMENSÕES: 20 X 8.00 – 8, TRASEIRO CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	16	R\$ 960,80	R\$ 15.372,80
19	3039001100041	PNEU AGRÍCOLA 4.00 X 8	PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO, PARA TRATOR DE JARDIM. DIMENSÕES: 4.00 X 8. CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 242,33	R\$ 1.453,98
20	3039001100023	PNEU AGRÍCOLA 6.00 X 12, R1	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL COM CÂMARA, INSTALADO PARA MICRO-TRATOR (TOBATA), DIMENSÕES: 6.00 X 12, R1, 6 LONAS CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	10	R\$ 600,70	R\$ 6.007,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

21	3039001100022	PNEU AGRÍCOLA 6.00 X 16	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO PARA ROLO FACA, DIMENSÕES: 6.00 X 16 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	12	R\$ 595,60	R\$ 7.147,20
22	3039000100037	PNEU AGRÍCOLA 6.50 X 10	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO PARA TRITURADOR DE CULTURAS, DIMENSÕES: 6.50 X 10 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	12	R\$ 851,36	R\$ 10.216,32
23	3039001100021	PNEU AGRÍCOLA 6.50 X 16	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO PARA PLANTADEIRA, ENFARDADEIRA, ANCINHO, GRADE ARADORA, GRADE NIVELADORA E ROLO FACA, DIMENSÕES: 6.50 X 16 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	20	R\$ 745,91	R\$ 14.918,20
24	3039001000012	PNEU AGRÍCOLA 7.50 X 16	PNEU AGRÍCOLA: PNEU NOVO, CONVENCIONAL SEM CÂMARA, INSTALADO PARA CARRETA AGRÍCOLA METÁLICA COM CAPACIDADE DE 6T, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA DIAGONAL, DIMENSÕES: 7.50 X 16. CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	12	R\$ 917,64	R\$ 11.011,68
25	3039001000022	PNEU AUTOMOTIVO 165/70 R13	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Ford Ka e Fiat Uno, dimensões: 165/70 R13 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	20	R\$ 388,33	R\$ 7.766,60
26	3039001000025	PNEU AUTOMOTIVO 165/70 R14	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Renault Kangoo, dimensões: 165/70 R14 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 395,67	R\$ 2.374,02
27	3039001100019	PNEU AUTOMOTIVO 175/65 R14	PNEU AUTOMOTIVO: PNEU NOVO, SEM CÂMARA, INSTALADO PARA FIAT PALIO, DIMENSÕES 175/65 R14 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 385,25	R\$ 2.311,50
28	3039001000023	PNEU AUTOMOTIVO 175/70 R14	PNEU AUTOMOTIVO: PNEU NOVO, SEM CÂMARA, INSTALADO PARA VOLKSWAGEN GOL E FORD FIESTA, DIMENSÕES: 175/70	UNIDADE	16	R\$ 429,25	R\$ 6.868,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

			R14 CATMAT/CATSER:31291				
29	3039001100015	PNEU AUTOMOTI VO 185/60 R15	PNEU AUTOMOTIVO: PNEU NOVO, SEM CÂMARA, INSTALADO PARA GM MERIVA, DIMENSÕES: 185/60 R15 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	12	R\$ 428,25	R\$ 5.139,00
30	3039001000015	PNEU AUTOMOTI VO 185/65 R15	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Renault Sandero, dimensões: 185/65 R15 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 430,45	R\$ 2.582,70
31	3039001000001	PNEU AUTOMOTI VO 185/70 R14	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Nissan Livina, dimensões: 185/70 R14 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	24	R\$ 443,50	R\$ 10.644,00
32	3039001000024	PNEU AUTOMOTI VO 195/55 R15	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Volkswagem Spacefox, dimensões: 195/55 R15 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	8	R\$ 429,00	R\$ 3.432,00
33	3039001100016	PNEU AUTOMOTI VO 195/65 R15	PNEU AUTOMOTIVO: PNEU NOVO, SEM CÂMARA, INSTALADO PARA VOLKSWAGEM GOLF, DIMENSÕES: 195/65 R15 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 434,00	R\$ 2.604,00
34	3039001000006	PNEU AUTOMOTI VO 195/70 R15	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Mercedes-Benz Sprinter, dimensões: 195/70 R15 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	36	R\$ 573,75	R\$ 20.655,00
35	3039001000005	PNEU AUTOMOTI VO 205/55 R16	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Nissan Sentra, dimensões: 205/55 R16 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 442,50	R\$ 2.655,00
36	3039001000003	PNEU AUTOMOTI VO 205/75 R16	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Peugeot Boxer, dimensões: 205/75 R16 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 747,67	R\$ 4.486,02
37	3039001000002	PNEU AUTOMOTI VO 215/75 R17.5	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Ford Cargo, dimensões: 215/75 R17.5 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	10	R\$ 1.037,75	R\$ 10.377,50



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

38	3039001000007	PNEU AUTOMOTIVO 235/70 R16	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para GM S10, dimensões: 235/70 R16 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	56	R\$ 798,27	R\$ 44.703,12
39	3039001100017	PNEU AUTOMOTIVO 235/75 R15	PNEU AUTOMOTIVO: PNEU NOVO, SEM CÂMARA, INSTALADO PARA FORD RANGER, DIMENSÕES: 235/75 R15. CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 715,50	R\$ 4.293,00
40	3039001000014	PNEU AUTOMOTIVO 245/70 R16	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Volkswagen Amarok e GM S10, dimensões: 245/70 R16 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	16	R\$ 798,39	R\$ 12.774,24
41	3039001000004	PNEU AUTOMOTIVO 255/70 R16	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para Nissan Frontier, dimensões: 255/70 R16 CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	6	R\$ 843,00	R\$ 5.058,00
42	3039001100042	PNEU AUTOMOTIVO 295/80 R22.5	PNEU AUTOMOTIVO: Pneu novo, sem câmara, instalado para ônibus Scania K113 TL, dimensões: 295/80 R22.5 18 Lonas CATMAT/CATSER:31291	UNIDADE	8	R\$ 2.072,08	R\$ 16.576,64
43	3039001000018	PNEU INDUSTRIAL L 3.25 - 8	PNEU INDUSTRIAL: Pneu novo, com câmara, para carrinho de carga/transporte de materiais, dimensões: 3.25-8 CATMAT/CATSER:348492	UNIDADE	12	R\$ 77,93	R\$ 935,16
44	3039001000017	PNEU INDUSTRIAL L 3.50 - 8	NEU INDUSTRIAL: Pneu novo, com câmara, para carrinho de carga/transporte de materiais, dimensões: 3.50-8 CATMAT/CATSER:335134	UNIDADE	24	R\$ 108,00	R\$ 2.592,00
45	3919001100006	SERVIÇO DE ALINHAMENTO E GEOMETRIA DE AUTOMÓVEL	Alinhamento/geometria: automóvel CATMAT/CATSER:10146	SERVIÇO	50	R\$ 72,00	R\$ 3.600,00
46	3919001100007	SERVIÇO DE ALINHAMENTO E GEOMETRIA DE CAMINHÃO, CAMINHONETE E VAN	Alinhamento/geometria: caminhão/caminhonete/van CATMAT/CATSER:10146	SERVIÇO	60	R\$ 88,33	R\$ 5.299,80



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

47	3919001100008	SERVIÇO DE BALANCEAMENTO DE RODAS DE AUTOMÓVEL	Balanceamento: automóvel CATMAT/CATSER:10154	SERVIÇO	100	R\$ 23,88	R\$ 2.388,00
48	3919001100009	SERVIÇO DE BALANCEAMENTO DE RODAS DE CAMINHÃO, CAMINHONETE E VAN	Balanceamento: caminhão/caminhonete/van CATMAT/CATSER:10154	SERVIÇO	160	R\$ 35,19	R\$ 5.630,40
49	3919001100010	SERVIÇO DE CONSERTO DE RODAS DE AÇO	Serviço de conserto de rodas de aço CATMAT/CATSER:27790	SERVIÇO	10	R\$ 98,00	R\$ 980,00
50	3919001100011	SERVIÇO DE CONSERTO DE RODAS DE LIGA LEVE	Conserto de Roda de Liga leve (amassada) CATMAT/CATSER:27790	SERVIÇO	30	R\$ 108,33	R\$ 3.249,90
51	3919001100012	SERVIÇO DE REPARO DE PNEUS E CÂMARA DE AR	Reparo de Pneu/Câmara de Ar: serviço de reparo com remendo de pneu furado CATMAT/CATSER:13552	SERVIÇO	20	R\$ 43,33	R\$ 866,60
52	3039001100011	VÁLVULA PNEUMÁTICA	VÁLVULA PNEUMÁTICA: VENTIL PARA PNEU SEM CÂMARA INSTALADO CATMAT/CATSER:128945	UNIDADE	60	R\$ 13,50	R\$ 810,00
Valor total estimado da contratação						R\$ 465.764,10	

* as quantidades foram estimadas para um período de 30(trinta) meses.

1.2 Especificações do objeto

1.2.1 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de solução logística de manutenção do Sistema de Rodagem dos veículos, máquinas, implementos agrícolas e outros equipamentos, contemplando a aquisição de pneus, câmaras de ar, válvulas pneumáticas.

1.2.2 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.2.3 A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**.

1.2.4 O prazo de vigência do contrato é de **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.2.5 As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante, e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos, claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

1.2.6 A empresa vencedora do certame deve ter a ciência de que a contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, se dará na medida exata em que surgirem as demandas, sendo que as quantidades estimadas forma previstas para suprir um período de 30 (trinta) meses.

1.2.7 A Contratada deve ter a ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços de manutenção do Sistema de Rodagem de veículos que compõem a Frota da Universidade Federal da Fronteira Sul.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, “ENCARTE D” deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, “ENCARTE D” deste Termo de Referência.

4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica..

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2 O recebimento dos produtos não implica na sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações, contidas no Termo de Referência e no Edital para a aceitação definitiva.

5.1.3 A vigência do contrato será de 30 (trinta) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, no interesse da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses.

5.1.4 Para os itens deste Pregão, o requisitante estabeleceu que a Contratada deverá estar localizada (matriz/filial) na sede da Cidade de Chapecó-SC, situação está que deverá ser comprovada quando da assinatura do contrato, conforme previsto no Termo de Referência.

6 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 Para os serviços que envolvem trocas e reparos de pneus e câmaras pneumáticas, desse Termo de Referência, fica a Contratada obrigada a providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus e câmaras usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a substituição do pneumático, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, sem ônus para a contratante, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

6.2 Em atenção às disposições do artigo 17, inciso II da Lei nº 6.938 de 1981, do Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013 e legislação correlata e conforme orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 4ª Edição, agosto/2021**, para atender aos critérios de sustentabilidade dos itens constantes na tabela constante no **item 1 deste Termo de Referência** deverão ser observadas as exigências de certificação ambiental abaixo:

Itens	A descrição compreende	Base legal consultada	Requisito de certificação ambiental
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	A fabricação de câmaras de ar para pneus.	Categoria Categoria 9 - Indústria de Borracha FTE consultada: 9 – 5: Fabricação de câmara de ar	Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica. IMPORTANTE a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (6.2.5.2 do TR). b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE C” (item 6.2.5.1 do TR). c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 6.2.5.3 do TR).
8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44	A fabricação de pneus.	Categoria Categoria 9 - Indústria de Borracha FTE consultada: 9 – 6: Fabricação de pneumáticos	

6.2.1 Quando for solicitada a apresentação de **Certificado de Regularidade do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA - CTF/APP, o Certificado deverá estar válido e conter chave de autenticação eletrônica**, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata;

6.2.2 O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal das Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente;

6.2.3 As fichas de enquadramento (FTEs) encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do IBAMA;

6.2.4 Cabe informar que o Cadastro Técnico Federal e demais licenças ambientais, será solicitado para os produtos fabricados nacionalmente, uma vez que o mesmo se refere ao uso de recursos naturais e modo de produção no país.

6.2.5 Caso não se confirme a adequação da certificação ambiental do produto conforme constante no Termo de Referência, a proposta selecionada será desclassificada, exceto quando:

6.2.5.1 **O fabricante for dispensado do registro ambiental, por força de dispositivo legal**, a licitante deverá apresentar o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei conforme **Modelo de declaração disponível no “Encarte C” do Termo de Referência;**

6.2.5.2 Não for possível a obtenção do registro no CTF/APP, a licitante poderá cadastrar outras licenças ambientais do fabricante, em nível municipal e/ou estadual, desde que correlatas a natureza do objeto, sob pena de não-aceitação/habilitação da Proposta;

6.2.5.3 Se tratar de produtos de fabricação estrangeira, a Licitante deverá apresentar Declaração de Origem do Produto.

6.3 A empresa Licitante deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas nos Art. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no Decreto nº 10.024/2019 e Legislação correlata.

6.4 Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

6.5 O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência se dará na medida exata em que surgirem as demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

7.1.1 Os serviços objeto deste Termo de Referência serão solicitados mediante **Ordem de Serviço** acompanhada da Nota de Empenho conforme modelo ofertado no “**Encarte B**”, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação do recebimento pela empresa.

7.1.2 Após notificação, a Contratada deverá agendar e realizar o atendimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço.

7.1.2.1 A Contratada terá prazo de 04 (quatro) horas para a conclusão dos serviços e a entrega do veículo. Este prazo será contado a partir do horário agendado pela Contratada, conforme item anterior.

7.1.3 Para os pneus novos a garantia será de mínimo 5 anos contra defeitos de fabricação, contado(s) da data efetiva de entrega/instalação do produto, que poderão ser comprovados por uma declaração/certificado do fabricante da marca.

7.1.4 Para os serviços de balanceamento, alinhamento/geometria a garantia deverá ser de 3 meses, exceto em casos onde for constatado que o veículo teve uma utilização em rodovias acidentadas ou má utilização do condutor.

7.1.5 Para o conserto de pneus (remendo) a garantia deverá ser de no mínimo 1 (um) ano contado(s) da data efetiva de entrega/instalação.

7.1.6 O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, será suportado exclusivamente pela contratada.

7.1.6.1 A contratada obrigar-se-á: reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, num prazo de no máximo de 5 (cinco) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

7.1.7 **Não serão aceitos** pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, reconicionados, recapados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

7.1.7.1 Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso.

8 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1 O quantitativo foi estimado pelo requisitante dos serviços, com base no histórico de utilização e sua previsão contempla o período de 30 (trinta) meses.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

9.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.

9.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

9.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.11 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificada neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

10.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.18 *Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;*

10.19 *Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.*

10.20 *Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;*

11 DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.3 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.6 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

13.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.13 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

14.2 No prazo de até **5 dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

documentação acima, da seguinte forma:

14.4 *A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.*

14.4.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

14.4.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.4.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.5 No prazo de até **10 dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.5.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.5.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.5.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.6 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.6.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.6.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.6.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15 DO PAGAMENTO

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

15.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

15.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (*trinta*) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.5.1 o prazo de validade;

15.5.2 a data da emissão;

15.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

15.5.4 o período de prestação dos serviços;

15.5.5 o valor a pagar; e

15.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

15.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16 REAJUSTE

16.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA*, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

17 GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

18.1.1 falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

18.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3 fraudar na execução do contrato;

18.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

18.1.5 cometer fraude fiscal.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

18.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e	01



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

	a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

19.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles previstos no Edital.

19.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

19.4.1 Valor Global: 465.764,10 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), o qual se refere a contratação de 30 meses.

19.4.2 Valores unitários: conforme disposto no item 1.1. deste Termo de Referência.

19.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço por grupo.

19.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 465.764,10 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e dez centavos).

21 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

21.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 26440 / 158517

Fonte de Recursos: 8100000000

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0040

Natureza de Despesa: 339039

PTRES: 171285

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes encartes:

22.1.1 ENCARTE A – Modelo para apresentação de proposta;

22.1.2 ENCARTE B – Modelo de Ordem de Serviço;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 22.1.3 ENCARTE C** – Modelo de Declaração de Isenção de Apresentação de Certificado Ambiental;
22.1.4 ENCARTE D – Estudos Técnicos Preliminares Nº 78/2022;
22.1.5 ENCARTE E – Mapa de Riscos.

Chapecó/SC, 12 de Julho de 2022.

LIDIANE MARCANTE

Superintendência de Compras e Licitações

Eu, CARLA BERWANGER, Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura/Ordenadora de Despesas – Em exercício, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, APROVO o presente Edital, visando a Contratação de solução logística para manutenção do Sistema de Rodagem dos veículos, máquinas, implementos agrícolas e outros equipamentos, contemplando a aquisição de pneus, câmaras de ar, válvulas pneumáticas e a prestação de serviços para a Frota da Universidade Federal da Fronteira Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Chapecó/SC, 12 de Julho de 2022.

CARLA BERWANGER

Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura
Ordenadora de Despesas
Em exercício



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE “A”
MODELO DE PROPOSTA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Responsável pela proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.	Valor UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL R\$					

Data: ____/____/____

Assinatura/Carimbo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE “B”

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022

REQUISIÇÃO Nº	DEPARTAMENTO SOLICITANTE	DATA /HORA
		XX/XX/XXXX às 00:00 horas

NOME DO FISCAL	SIAPE	TELEFONE DE CONTATO
		XX/XX/XXXX às 00:00 horas

DADOS DO CONTRATO			
EMPRESA:		CNPJ:	
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:			
PRAZO DE EXECUÇÃO			
Data de início:		Data de término:	
SERVIÇOS/PRODUTOS EXIGIDOS			
Item	Descrição do serviço/produto	Data de Conclusão	Horas
1.			
2.			
Total			

XXXXXXXX, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Nome do Usuário/Fiscal

Autorizador da prestação do serviço/(NOME/SIAPE)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE “C”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO AMBIENTAL

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a), declara sob as penas da lei, que está isenta de apresentar a certificação relativa a, exigida no Edital do Pregão Eletrônico 39/2022 da Universidade Federal da Fronteira Sul, em razão de

....., de de 2022.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa

Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.